

VIMARANENSE

Semanário político, literário e noticioso, órgão do Partido Evolucionista

Director, proprietário e editor — Custódio dos Santos Lima Guimarães

PREÇO DA ASSINATURA

Ano, sem estampa	1\$20
Semestre, idem	0\$60
Ano, com estampa	1\$70
Semestre, idem	0\$75
África e Brasil, por ano (moeda forte)	1\$25
Um ano avulso	304

Redacção, Administração, composição e impressão
Rua Elias Garcia, 26 (antiga rua de Santa Maria)

PUBLICA-SE AS QUINTAS-FEIRAS

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

Anúncios e comunicados, por linha	2\$00
Repetição dos mesmos	2\$00
Anúncios permanentes, contracto especial	
As obras literárias, auctores se gratos, recolhendo-se na redacção um exemplar	
Os autógrafos, sejam ou não publicados, não se restituem	

LIÇÃO DE HISTÓRIA

II

No mirabolante manifesto-programa com que Luís Bonaparte fizera a campanha eleitoral, havia prometido ordem, protecção à religião, amnistia larga, sufrágio amplo, a paz... Mas, em volta d'êlo e apertando cada vez mais a República dentro dum círculo de ferro, os que lhe deram o triunfo só procuraram consumir a sua obra sombria. Vive-se em República? Sim, mas que República! É uma sombra, é uma ficção, é um nome, é quasi uma irrisão.

Um dia, de volta duma das suas viagens presidenciais fóra de Paris, em que é recebido como um conquistador pelos bispos e pelos inimigos do regime e em que pronuncia discursos sibilinos, cujas entrelinhas apavoram quantos sentem o perigo que avança, Luís Bonaparte faz desfilar na sua frente a cavalaria. Uma voz levanta-se: *Viva o Imperador!*

É o começo, o começo do fim. Tudo grita: *Viva o Imperador!* Bonaparte seguiu. As aclamações cessaram. Ainda estamos em República. Ainda é a República, pelo menos de nome, que governa a França. É quasi ao cair da noite. A França vai dormir tranquila. Ele, porém, é que não dorme. O eco daqueles gritos, daquelas aclamações soa-lhe ainda aos ouvidos. E a sua ambição cresce, o seu sonho é cada vez maior. Prepara-se o golpe de Estado. Correm já pelo povo vagos rumores. Na véspera, serenamente, o sobrinho de Napoleão dizia a M. Favre, maire de Nantes: «Ao menos vós não acrediteis! Sou um homem honesto».

No dia seguinte *este homem honesto* dava o golpe.

Mais um passo. Ainda não é o Império. O espírito republicano, apesar de enfraquecido e oprimido, não se vence facilmente e pode ainda ser capaz de um prodígio. O Império tem de ser uma surpresa, tem de ser um golpe... Um dia a França acorda e é um Império.

Não é o Império ainda. É o plebiscito. E d'esse plebiscito Luís Bonaparte sai *Presidente por 10 anos*.

Continuamos em República, mas cada vez pior. Os membros do Parlamento dissolvido são desterrados para as colónias. Lá vai entre elles Vítor Hugo. A República, a verdadeira, a autêntica, a insustentável República representada pelo povo e pela burguezia ainda resiste. Em vão. Vence a República-burla, a República da traição, que o Presidente incarna. Há mortes, muitas

mortes. Mais uma vez o sangue de franceses inunda Paris. Milhões de republicanos são presos e seguem o rumo das colónias sob os ferros da República.

Morny, ministro do Interior, na suposição talvez de que defendia a República, porque amordaçava o que os bonapartistas chamavam a demagogia, manda a sua célebre circular aos prefeitos. Tudo contra os republicanos, contra os demagogos. Enquanto os monárquicos gozavam da benevolência do governo, a pretexto de manter a ordem os jornais republicanos eram suspensos, as autoridades republicanas substituídas, os republicanos presos, os altos comandos do exercito confiados a inimigos confessos do regime. Dizia Morny aos prefeitos na sua circular que tinha por fim fazer a pacificação na família francesa—*mandará prender imediatamente qualquer individuo que tente perturbar a ordem pública e fazer suspender qualquer jornal, cuja potestica possa alterá-la*.

Elegem-se novas câmaras. Ainda vivemos em República? Bonaparte continia a ser, democraticamente, o Presidente, mas desta vez só conseguem ser eleitos três republicanos: Cavaignac, Carnot e Hénon. Só três!

Dos seus cárceres, do seu desterro, de todos os cantos da França ansiosamente os republicanos perguntam: *Será isto uma República?*

A alma republicana ia acordando agora...

É tarde. A obra de traição está prestes a consumir-se. Luís Bonaparte vai outorgar uma Constituição como se já fosse Imperador, apesar de, hipocritamente, após o golpe de Estado ter exclamado: *Je n'étais sorti de la légalité que pour rentrer dans le droit*. Aperta-se cada vez mais o círculo de ferro, que vai estrangular a República, embora a ficção ainda se mantenha. A bandeira francesa tem agora uma águia, como noutros tempos em que essa águia simbolizava a ansia de Napoleão, o Grande. Outro passo. Já não se oculta que é o Império que se aproxima. O Presidente Bonaparte, num dos seus medíocres discursos, chega a declarar: «O Império é a paz». E num *Te Deum* de Notre-Dame, a que assiste, o latim do padre soa como se fosse um dobre de finados anunciando a morte da República: *Domine, salvum fac Ludovicum Napoleonem!*

Ainda era República, mas agora por pouco. O último passo.

Bonaparte acaba por desmascarar-se. Tempo depois a França tinha mais um Imperador. Luís Bo-

naparte estava coroado com o nome de Napoleão III.

Na sua megalomania, quando era Presidente da República e as tropas e os bispos o aclamavam estrondosamente e lhe chamavam Napoleão, o Grande. Era na realidade Napoleão, mas o autor dos *Miseráveis* é que o classificou a rigor. Era Napoleão, *le petit*.

Fossem lá dizer aos sinceros republicanos que apoiaram o príncipe-presidente, por o julgarem salvador da República, que seria possível um Napoleão III!

Pois foi.

A História tem destas lições.

Câmara Municipal de Guimarães

Sem nos preocuparmos com a sua composição política, nem inquirirmos se é de mais ou menos monárquicos ou de mais ou menos republicanos que é constituída, chamamos-lhe apenas a nossa Câmara, com a qual Guimarães está contente e com sobeja razão.

Reportando-nos tão sómente, por agora, ao ponto de vista das subsistências, seria flagrante injustiça recusar-lhe louvores pela solicitude e pela dedicação com que tem olhado para este magno problema.

Sendo todos dignos de louvor, pois os anima o mesmo espirito de bem servirem esta terra e n'esse pensamento estão todos integrados, merecem todavia registo especial o sr. presidente, dr. Rocha dos Santos e vice-presidente, sr. Alvaro Costa, os quais, com sacrificio, às vezes, das suas comodidades, do seu tempo e até do seu bolso, tem sido incansáveis para abastecerem de milho este concelho.

Se não fóra a boa-vontade, a energia e o esforço de s. ex.^{as}, quem pôde calcular onde teria já chegado o clamor e o desespero dos pobres e das classes menos abastadas?

Ainda na sua última sessão, a nossa Câmara resolveu solicitar do ministério das Subsistências açúcar e milho grosso, do importado das colónias, para consumo desta cidade e concelho.

Que os altos poderes a coadjuvem e que as autoridades administrativas e policiais da terra *desentorem*, para a luz do dia, alguns stocks de generos açambarcados por certas garras, que estão à espera do momento mais azado para cravarem as unhas impiedosas na pele do povo sofredor.

Não percam também de vista os açougues e padarias, que, com a regularidade dum cronómetro, vão insaciavelmente aumentando patacos e tostões em quilo...

A ditadura constitucional e a abstenção eleitoral

(Conferência do sr. dr. Mesquita Carvalho no Centro Republicano Evolucionista de Lisboa)

(Continuação)

A única tentativa de presidencialismo até hoje praticada na Europa é demonstração cabal e perfeita dos perigos a que expõe a democracia e do abismo político a que pôde arrastar uma nação valorosa. A revolução de Paris, em fevereiro de 1848, que depoz a exausta monarquia de Luís Filipe, deu a França o seu segundo governo sob o regime republicano. O governo provisório, então instituído, tendo decretado que o sufrágio seria directo e universal, fez eleger a Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu em 4 de maio e que, através de um período ainda agitado de tumultos revolucionários, redigiu a Constituição de 1848. Na discussão d'esse diploma o mais vivo e apaixonado debate incidiu sobre a organização do Poder Executivo, que a Comissão parlamentar redactora do projecto tinha criado á imagem e semelhança da monarchia constitucional, investindo-o de todas as prerrogativas realengas. O partido republicano radical, que se opunha energeticamente á instituição de um presidente da República, temendo a sua acção pessoal em país como a França e prevenido facilmente que um conflito entre os Poderes do Estado só poderia vir a resolver-se pela força, não conseguiu demover os republicanos moderados, apoiados pelas diversas representações monárquicas que faziam parte da Câmara. Rejeitada a célebre emenda do deputado Grevy, que entregava o exercicio do Poder Executivo ao presidente do conselho de ministros, eleito pela assembleia nacional em escrutinio secreto, por tempo indeterminado mas sempre destituível; rejeitado ainda o alvitre do deputado L. blond que, sem suprimir o Presidente da República, entregava a sua eleição á Assembleia Nacional; a Constituinte impellido pela eloquência lirica e idealista de Lamartine, que facilmente fructificava num meio propicio, decidiu entregar o Poder Executivo a um presidente da República, eleito por sufrágio directo e universal. Todos sabem que o eleito por colossal maioria sobre o candidato republicano, general Cavaignac, e sobre o candidato socialista, Ledra Rollin, foi o príncipe Luís Bonaparte.

Quem era este homem?

Herdeiro putativo de um nome glorioso, cuja fascinação vivia ainda intensamente na alma impressionável dos francezes, por ser filho de Hortense de Beauharnais, a enteada do grande imperador, que a dera por mulher a seu pobre irmão Luís, feito rei da Holanda, era um especulador, desconhecido, dissimulado, ambicioso, sem garantias do passado nem escrupulos de caracter, capaz de todas as audacias e torpezas e traíções e crimes, tendentes a assegurar o seu engrandecimento pessoal; um d'esses aventureiros

emfim que, susceptíveis de afeição rem todas as máscaras e de vestirem todos os disfarces, conseguem às vezes firmar o seu poder na integridade, na violencia, na lama e no sangue, cínicos, perversos, insensíveis á maldição das victimas e á justiça da história, que os amarram ao pelourinho eterno da condenação e da ignominia. O que ia succeder? O inevitavel.

A 20 de dezembro de 1848, numa sessão memoravel, Luís Napoleão Bonaparte era proclamado presidente da Republica Franceza por 4 anos. Presta então o seu juramento solemne: «Em presença de Deus e perante o povo francez, eu juro conservar-me fiel á Republica democratica e defender a Constituição». E, como se a enfeudar-lhe a honra de homem e de cidadão não bastasse o compromisso official, a seguir, ainda na tribuna, espontaneamente, tirando do bolso um papel escrito com calma e reflexão, fez uma declaração que principiava assim: «Cidadãos representantés, o sufrágio da nação, o juramento que acabo de prestar, determinam a minha conduta futura e traçam-me os meus deveres. Considerarei como inimigos da Patria aquelles que tentarem por meios ilegais mudar a forma de governo que vós estabelecestes». — Pois bem: três anos passados, em 2 de dezembro de 1851, Luís Bonaparte dava o golpe de Estado, fazendo afixar uma proclamação de apelo ao povo em que lhe dizia: «A Constituição foi feita, bem o sabeis, com o fim de enfraquecer antecipadamente o poder que ics confiar-me. Seis milhões de sufrágios foram um estrepitoso protesto contra ella e contudo eu observei-a fielmente... Persuadido que a instabilidade do Poder, de que a preponderancia de uma só assembleia são causas permanentes de perturbação e de discórdia, sub neto ao vosso sufrágio as seguintes bases de uma Constituição, que as assembleias desenvolverão posteriormente: 1.º Um chefe responsavel eleito por dez anos; 2.º Ministros dependentes exclusivamente do Poder Executivo; 3.º Um conselho de Estado formado dos homens mais distintos, preparando as leis; 4.º Um corpo legislativo, discutindo e votando as leis...» O jornal official *Le Moniteur* do dia 3, publicava um decreto pelo qual o povo francez era solenemente convocado para o dia 14 d'esse mês a fim de aceitar ou rejeitar o plebiscito seguinte: «O povo francez quer a manutenção da autoridade de Luís Napoleão Bonaparte, e delega-lhe os poderes necessarios para estabelecer uma constituição sobre as bases propostas na sua proclamação de 2 de Dezembro...» Essa Constituição foi promulgada em 14 de Janeiro de 1852. Por ella todos os poderes ficavam na mão

do Presidente da República, nomeado por dez annos. Como Chefe do Estado comanda as forças de terra e mar; faz os tratados de aliança, de paz e de comércio, e os regulamentos para a execução das leis das quaes lhe pertence em exclusivo a iniciativa, a sanção e a promulgação; «6.º» tem o direito de agraciar os condemnados; a justiça é defrida em seu nome; os funcionários prestam-lhe juramento.

(Continúa)

“A Confidente,”
(Praça de S. Tiago, n.º 30 e 33)
Leilão de penhores

Efectua-se no dia 30 de Junho próximo, nesta casa, o leilão de todos os penhores que se julguem abandonados por falta de pagamento de juros. São avizados, por isso, os srs. mutuários para virem pôr em ordem os seus contractos até ao dia 20 do referido mês, evitando assim que os objectos naquellas condições sejam vendidos.

Guimarães, 30 de Maio de 1918.
O proprietário,
José Fernandes Vieira Guim.ºs

EDITAL

Artur Justino Amado, coronel do quadro de reserva e chefe do D. R. n.º 20

Faz saber que a inspecção sanitaria para os mancebos dos 19 annos, pertencentes ao contingente de 1918, terá lugar nos dias abaixo designados, pelas 9 horas da manhã.

- Dia 15 de Junho—Mancebos pertencentes aos outros distritos.
- Dias 17, 18 e 19—Revisão dos documentos que serviram de base para o recenseamento.
- Dia 20—Abacção (S. Cristóvão e S. Tomé), Airão (S. João e Santa Maria), Aldão, Arosa, Atães, Azurém e Balazar.
- Dia 21—Barco, Brites (Santo Estêvão, Santa Leocádia e Salvador), Brito e Caudoso (S. Martinho).
- Dia 22—Caldas de Vizela (S. Miguel) e Caldas.
- Dia 24—Caldas de Vizela (S. João), Calvos, Caudoso (S. Tiago), Castelões, Gondê e Costa.
- Dia 25—Corvite, Creixomil, Domin, Figueiredo, Gandarela e Gómeos.
- Dia 26—Fermentões, Gonça, Gondar, Gondomar e Guardizela.
- Dia 27—Gominhães, Guimarães (Oliveira) e Infantas.
- Dia 28—Guimarães (S. Sebastião), Infans, Leões, Lobeira e Logos.
- Dia 29—Guimarães (S. Paio), Lordelo e Mascatelos.
- Dia 1 de Julho—Matam, Mező-Frio, Moreira de Conegos, Oleiros, Nespereira e Paraizo.
- Dia 2—Pencelo, Pentieiros, Pinheiro, Polvoreira, Ponte, Prazins (Santa Eufémia e Santo Tirso) e Rendufe.
- Dia 3—Ronfe, Sãde (S. Clemente e S. Lourenço) e Selho (S. Cristóvão).
- Dia 4—Sãde (S. Martinho) e S. Torcato.
- Dia 5—Sãde (Vila Nova), Selho (S. Jorge e S. Lourenço), Serzedelo, Serzedo e Souto (S. Salvador).
- Dia 6—Silvares, Souto (Santa Maria), Taboado, Tagile, Urgezes, Vermil, Vizela (S. Faustino e S. Paio).

Os individuos que nunca foram recenseados e inspecionados, mas que foram recenseados no ano findo nos termos do Decreto 2407 e que já tinham completado 30 annos em 1911, serão inspecionados nos dias 2, 3, 4, 5 e 6 de setembro.

BOA OBRA

Do Coife da Beneficencia mandou o sr. Administrador distribuir pela pobreza a quantia de 150\$00. A esta relação teve s. ex.ª a gentileza de mandar entregar 10 senhas de 50 centavos a fim de ella contemplar 10 necessitados.

Desempenhámo-nos da honrosa missão e abaixo publicamos os nomes dos que foram contemplados. Sabemos que foram também as outras redacções e os rev.ºs párocos das freguezias e os srs. presidentes das Juntas e os correspondentes dos jornais de Lisboa e Porto considerados com senhas para esta espécie de obediência da caridade, o que muito louvamos.

Não podemos, porém, deixar de dizer que deste rateio quinhou o mesmo pobre duas e três vezes! Seria bom, portanto, metodizar este serviço no sentido de evitar que uns comam tudo e outros, por igual carecidos, fiquem a chuchar no dedo diante do fatídico «Já não tenho mais senhas!»

Seria também útil, para uma espécie de contróle público, que cada um tornasse conhecido como fez a distribuição.

- Joana Maria, 70 anos, viuva, Caldeirã, 5.
- Francisco Ribeiro de Castro, casa do de 79 anos, rua d'Alegria, 68.
- Rosa Mendes, viuva, Praça de S. Tiago, 5.
- Joaquim Mendes, R. Padre António Caldas, 87.
- Francisca Rosa, viuva, Rua do Retiro, 28.
- Dollinda Soares, viuva, R. do Padre António Caldas.
- Ana da Oliveira, solteira, R. Elias Garcia 42.
- Joaquina Rosa, viuva R. Padre António Caldas, 70.
- Ana da Silva, viuva, Praça de S. Tiago, 14.
- António da Assunção, R. do Padre António Caldas, 57.

O roubo do chumbo dos caixões do cemitério

Parece que vai em bom caminho a descoberta dos illustres figurantes neste crime. Um dos melros, que tinha conseguido evadir-se, já está novamente em poder da autoridade.

Dizem que é muito ramificada esta benemérita associação de limpa-sepulturas.

Oxalá possamos, dentro em pouco, ver tudo esclarecido e entregues ao tribunal, sem contemplações, quaisquer implicados no criminoso feito.

Militares portugueses servindo em Inglaterra

Para conhecimento das familias dos militares portugueses em serviço de campanha em Inglaterra, a secretaria da guerra faz saber que o correio britânico aceita ali só franquiada com as taxas da nossa correspondência para o continente e ilhas adjacentes, a correspondência destinada aos mesmos militares, podendo dali ser expedidas pelas referidos militares, sem pagamento de franquia, as cartas, bilhetes ou amostras, não excedendo quatro onças (113 grama). Só os objectos registados e que são sujeitos ao pagamento do prêmio de 2 d.

CONCERTO

Tem lugar amanhã, 31, no Teatro de D. Afonso Henriques, um brilhante concerto pela Orquestra Portuense de Instrumentos de Arco, sob a regência de D. José Romagosa. Começa ás 21 horas.

Não há por 'hi um cigarrito?

Metem dó os desgraçados! Caras chupadas, ougadas, olhares mórtycos, num desalento profundo e supremo desconsolo, rogam a amigos e inimigos, a nobres e a plebeus: «O sr. dá-me um cigarrito?»

Um esmirrado *paivante* vale mais para elles que a *Gioconda* ou o Tesouro da Colegiada.

As fontes de Hipocrene, que são entre nós os srs. Freitinhos, Eduardinho Mota e Zézinho Pinheiro, declararam-se *estimados*. Lá sabem a escala que levam, mas não lhes gabamos o gosto.

Sem pão e sem o cigarro podem os desgraçados armar-se em feras e descobrir o «Livro de S. Cipriano» que faça voar pelos ares nuvens de cigarros tão espessas como as de gafanhotos, na Mauritània!

Somos contra violências, mas que diabo! a paciencia esgota-se... Tenham dó de nós os detentores!

Festa do Sacramento

Celebra-se no próximo domingo, na igreja de Nossa Senhora da Oliveira, a imponente festividade do Santissimo.

De tarde pregará o eloquente orador rev. Manuel Estevão Ferreira, abade resignatário de Anta. A decoração do templo foi confiada aos habéis armadores desta cidade srs. Eugénio & Novais.

Dr. José Júlio Leite Lago

Éste nosso illustre amigo, residente em Lisboa, onde é um clinico de nome consagrado e um abalizado professor—deixou, quando há dias esteve na sua freguesia natal por falecimento de seu irmão, uma avultada quantia destinada a socorrer as criancinhas mais necessitadas que frequentam as duas escolas da freguesia e para compra do que mais urgente e necessário fór para o bom aproveitamento dos alunos.

Bem haja o illustre médico que tão bem sabe dispensar o seu auxilio para o derramento da instrução, base essencial da civilização e progresso dos povos.

Processo eleitoral

Os magistrados da Relação do Porto, por acordam de 24 do corrente, mandaram fazer absoluto silencio no processo eleitoral da assembleia de S. Martinho de Sande, deste concelho, reconhecendo assim a amnistia dada ultimamente.

Em virtude disso, o meretissimo juiz desta comarca, sr. dr. José Rodrigues dos Santos, ordenou que fossem postos em liberdade alguns dos acusados, os quaes se encontravam na cadeia por não lhes ter sido admitida fiança.

Ao publico

João Vasco Cardoso Guimarães, proprietário da Mercaria de Traz de S. Paio e agente, nesta cidade, da casa Mota Marques, do Lisboa, aceita encomendas do carimbos, feitura, cartões de visita, sinetos, notas de expedição, folhas de salario, etc. Também se encarrega de adquirir quaisquer espécies de máquinas para todas as indústrias, como sejam de bulhadoras, charroas, arados, molhos, motores, bombas, etc. Vende todas as espécies de sementes, quer nacionais, quer estrangeiras. Modicidade de preços e rapidez na execução. Agente da Companhia de Seguros e Modelos.

Os grandes jornais

Não há dúvida que vários presos políticos foram, no Porto, violentamente agredidos, e que alguns o foram depois de encerrados nas mais infectas e intoleráveis prisões.

Dizia-se isso. Uma comissão de velhos republicanos procurou a autoridade superior do districto para reclamar contra a inominável infamia. Prometeram-se providências a explicar que nenhum preso se tinha queixado. E por último apparece o sr. Silvério Pais a certificar-se pessoalmente da verdade da tremenda accusação, e a manda-los em liberdade, num impulso de commoção e de cólera.

Bater num preso, a quem toda a resistência está vedada, porque todas as armas lhe são defesas, é a mais ignobil das covardias. Um preso é sagrado. Só a justiça tem o direito de tocar-lhe, não com o cavalo marinho dos quadrilheiros do Porto—que não há, entre nós, penas corporais—mas com a punição que para o seu delicto a lei estabelece. E a justiça só lhe inflige tal punição depois de o ouvir, de reunir provas, de lhe garantir a defesa, de o julgar, enfim, com todas as fórmulas e toda a legalidade que a justiça requer.

No Porto os quadrilheiros é que julgaram e puniram logo, com uma pena que também só elles fixaram, por uma inovação ferina do seu odio...

Pois bem. Perante este caso que abala todas as consciências, deante desta infamia que nenhum homem de caracter e de coração, seja qual fór o seu partido, é capaz de defender, os grandes jornais permaneceram mudos, num silencio que os define e os degrada, como se dum simples e banal caso da rua se tratara.

Esses grandes órgãos da publicidade, que pretendem guiar a opinião ou traduzir-lhe os pensamentos, que se dizem os defensores dos interesses superiores da colectividade e dos nobres principios de justiça, não tiveram para o caso das agressões aos presos políticos do Porto uma palavra alta e quente de revolta, que fôss:

o rebete para um protesto mais largo, em que todas as consciências, dominadas pela mesma dor, se juntassem para o mesmo desforço justiceiro.

Essa palavra sacudiria como um trovão, desnudando o caso hediondo como a claridade forte dum relampago.

Ovir-se-ia acina de todos os ramores; gutada uma vez, ninguém mais a deteria na sua marcha alciadora; ella ficaria a vibrar como o grito vingador dum bronze inviolável, acordando as consciências para uma abalada libertadora...

Mas essa palavra os grandes jornais não a dissêram.

Calaram-se—encolhidos, entibados, receiosos, não fossem os quadrilheiros denunciados punir-lhes com violências iguais ou peores a generosa audácia.

Foram sempre assim, os grandes jornais, os colossos da publicidade, os privilegiados das largas tiragens—esquinas de annuncios, curruzes de reclamo, colétores de annuncios prosas e mudas informações, cronistas de governantes, cortezãos do poder que possa servi-los, e sem alma para as nobres e desasombradas campanhas que exigem valentia de animo e muita riqueza de coração.

Os grandes jornais, os grandes jornais!

(Da Republica, de Vila do Conde)

NECROLOGIA

Vitima duma pneumonia, succumbiu na sexta-feira de manhã, na freguezia de Nespereira, o sr. José Agostinho Torres Neves, fiscal dos impostos da Câmara Municipal, filho do sr. Agostinho das Neves Guimarães e sobrinho do sr. Acúrcio das Neves Saraiva, ambos nossos estimados amigos.

O funeral do desventurado moço teve lugar no dia seguinte, sendo o cadáver sepultado no cemitério paroquial.

No fúnebre cortejo incorporaram-se bastantes pessoas, algumas desta cidade.

Que o saudoso extinto descanse em paz, e aceite a familia dorida os nossos vivos sentimentos.

“ATLANTICA,”
Companhia de Seguros

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital social... Esc. 500.000\$00
» realizado... » 50.000\$00
Fundo de reserva... » 150.000\$00

SÉDE: LOYOS, 92 — PORTO

Recelta de 1911	Esc.	30.988\$03,5
» » 1915	»	71.197\$29,5
» » 1916	»	537.897\$81,8
» » 1917	»	3.139.104\$83
Sinistros pagos em 1911	Esc.	23.091\$11
» » 1915	»	25.903\$15
» » 1916	»	153.470\$90,5
» » 1917	»	1.437.035\$71

AGENCIAS EM FRANÇA, INGL&TERRA, NORUEGA, SUECIA, DINAMARCA, ESPANHA E EGITO

Seguros contra fogo.—Seguros contra fogo e roubo.—Seguros contra greves e tumultos.—Seguros agricolas.
Seguros contra quebra de cristais.—Seguros de guerra.
Seguros marítimos e postais.—Seguros contra inundações e enxurradas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Manuel Joaquim de Oliveira
- Dr. José Maria Soares Vieira
- Silvino Pinheiro de Magalhães
- Dr. Leopoldo Correia Alvarão
- Jaime de Sousa

Agentes em todas as terras do país

Commissarios de avarias em todos os portos do mundo

DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES

Passeio da Independencia, 102 a 105